



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA			
EVENTO: Mesa Redonda	REUNIÃO Nº: 0104/17	DATA: 22/03/2017	
LOCAL: Plenário 7 das Comissões	INÍCIO: 09h34min	TÉRMINO: 12h25min	PÁGINAS: 48

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MIGUEL RELVAS - Professor de Marketing Político e Consultor de empresas. TOVA WANG - Diretora do Centro de Eleições Seguras e Modernas e Membro Sênior em Democracia na organização DEMOS. JAVIER ZARZALEJOS - Secretário-Geral da Fundação para Análise e Estudos Sociais — FAES.

SUMÁRIO
Mesa redonda para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à reforma política.

OBSERVAÇÕES
Houve manifestação em inglês com tradução simultânea. Houve manifestação em espanhol sem tradução simultânea. Há palavras ou expressões ininteligíveis. Houve intervenções inaudíveis. Houve intervenções ininteligíveis. A tradução das manifestações em língua estrangeira não é da responsabilidade do Departamento de Taquigrafia, que, no caso, faz o registro do que dizem os intérpretes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à Reforma Política.

Na Ordem do Dia de hoje, está prevista Mesa Redonda com os expositores do *Seminário Internacional sobre Sistemas Eleitorais*.

Hoje os expositores serão o Sr. Lorenzo Córdova, do México, Presidente do Instituto Nacional Eleitoral — acho que S.Sa. não chegou ainda —; o Sr. Miguel Relvas, de Portugal, Professor de *Marketing* Político e Consultor de Empresas; a Sra. Tova Wang, dos Estados Unidos; e o Sr. Javier Zarzalejos, da Espanha.

O nosso Relator e o nosso Presidente estão numa reunião no Tribunal Superior Eleitoral e pediram para que nós começássemos esta sessão. S.Exas. já estão se dirigindo para cá e logo chegarão.

Inicialmente nós vamos dar a palavra ao Sr. Miguel Relvas, de Portugal, que é Professor de *Marketing* Político e consultor de empresas. S.Sa. foi Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro de Portugal, Secretário de Estado, Deputado da Assembleia da República durante mais de 20 anos e Presidente de várias Comissões.

Concedo a palavra ao Sr. Miguel Relvas.

O SR. MIGUEL RELVAS - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ontem eu já tive a oportunidade, como muitos daqui e os que estão aqui hoje, de fazer uma apresentação. Eu tinha sugerido ao Relator, Deputado Vicente Candido, inverter a situação. Dessa forma, não estaríamos aqui nós a fazer uma intervenção de 15 a 20 minutos, mas poderíamos responder muitas das questões.

Se os Srs. Deputados quisessem, poderiam colocar sobre as realidades dos sistemas que nós já apresentamos ontem e com os quais estamos mais habituados a trabalhar, porque eles estão mais consolidados nos nossos países.

Penso que seria preferível respondermos a questões de uma forma mais objetiva do que estarmos aqui e fazermos mais uma intervenção. Eu fui Deputado por muitos anos e sei que, numa sucessão de intervenções, muitas vezes, nasce também o desinteresse.

Não sei se seria possível acatar essa sugestão.

O SR. DEPUTADO AFONSO MOTTA - Eu gostaria de fazer uma observação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Concedo a palavra ao nosso Deputado Afonso Motta.

O SR. DEPUTADO AFONSO MOTTA - Considerando tudo o que nós já ouvimos, o ambiente institucional, eu gostaria que houvesse algumas considerações sobre as nossas circunstâncias momentâneas, ou seja, a conclusão quase generalizada de que o atual sistema não oferece as condições mínimas para a realização do pleito de 2018.

Sendo assim, por via de consequência, de que forma nós poderíamos convergir no sentido de fazermos uma escolha? Eu me refiro ao sistema de voto, porque, no fundo, é o sistema de voto. Qual seria um sistema de voto que pudesse dar uma resposta mínima, claro, junto com o financiamento de campanha, para esse pleito de 2018? Lembro o curto tempo que temos para chegarmos a um entendimento, a uma integração, considerando que, até setembro próximo, nós deveríamos estar com essa matéria aprovada.

Então, nesse ambiente, nessa circunstância, considerando toda a experiência internacional, quais seriam os melhores caminhos para a nossa convergência? Eu sei, é claro, que todos nós nos interessamos pelos diferentes sistemas, pelo conteúdo, por algo que realmente responda a esses mínimos, mas acho que neste momento, se nós tivermos algumas luzes nesse sentido, acho que poderão ser muito importantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Tem a palavra a Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Eu sou do Partido Socialismo e Liberdade — PSOL de São Paulo. Quero saudar os expositores e agradecer suas presenças nesta Casa num momento de muita responsabilidade para todos nós. Suas contribuições certamente virão nos ajudar nesse esforço de reflexão e decisão política sobre o nosso sistema político.

No Brasil, há um déficit muito democrático em relação à participação política das mulheres. Nós somos 10% do Congresso Nacional, quando representamos mais de 50% da população brasileira e dos eleitores brasileiros. Eu gostaria de saber como é que esses países que os senhores representam enfrentam essa situação, se



já resolveram esse déficit que existe no mundo em relação à participação política das mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então o modelo vai ser este de perguntas e respostas, com essa interação, sem precisar fazer mais uma palestra, porque eles já fizeram ontem. Gostaria de saber se o Dr. Javier está de acordo.

O SR. JAVIER ZARZALEJOS - Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Se os senhores quiserem, podem fazer uma rápida explanação de pontos que julguem essenciais e podemos fazer aqui uma interação com perguntas e respostas, para esclarecermos as dúvidas e evoluirmos sem precisar daquele aspecto formal.

Então vamos combinar assim: cada um faz uma breve apresentação sobre o que considera essencial para uma reforma política no Brasil hoje. Depois, faremos as perguntas e teremos as respostas.

Tem a palavra o Dr. Miguel Relvas.

O SR. MIGUEL RELVAS - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de responder à última questão que foi colocada pela Sra. Deputada Luiza Erundina. Ontem, na parte final da minha intervenção, conforme me foi solicitado na véspera pela Sra. Ministra Luciana Lóssio, já tive a oportunidade de dizer que esta reforma é também um momento e uma grande oportunidade que tem o Brasil de fazer alterações em matéria de representatividade. Qualquer novo sistema deve também criar condições para que a representação da política de gênero seja feita de uma forma clara.

Eu nunca fui um adepto da política de cotas, mas também a verdade é esta: se não for imposta uma política de cotas, nada muda. Portanto, numa primeira fase, nós temos que criar esse princípio. Em Portugal, nas eleições diretas para o Parlamento — eleições municipais e eleições para o Parlamento europeu —, de cada três candidatos, terá sempre que haver um de cada sexo, sejam duas mulheres e um homem, sejam dois homens e uma mulher.

No Governo, quando fui Ministro do que seria equivalente à Casa Civil, impus uma legislação no sentido de que, em todas as empresas públicas, em todos os órgãos de ação pública e executivos, as mulheres teriam que estar representadas



em 30% nos órgãos de cúpula, nas administrações, porque a tentação é colocá-las em órgãos intermediários e entender que, com essa representatividade em órgãos intermediários, está resolvido o problema.

Devo dizer que a matéria de política de gênero não é uma questão ideológica, não é uma questão de direita, centro ou esquerda. Ela é uma questão de princípio, de dar representatividade a quem a tem na própria sociedade e na própria população. As mulheres em Portugal são mais representativas do que os homens e não poderiam ter uma representação no Parlamento como tinham, uma representação meramente indicadora. Hoje, no Parlamento português, 40% são Deputadas eleitas pelo voto direto e pelo sufrágio universal.

Em relação às listas, eu sou um adepto das listas fechadas, mas com critérios de exigência “a montante”, ou seja, nós temos que olhar para a realidade de cada um dos países; temos que tornar os partidos mais democráticos. Não pode haver Comissões provisórias, tem que haver regras muito claras sobre a representatividade dos partidos, porque, caso contrário, o que se coloca é que os partidos ficam centralmente na decisão da sua estrutura de topo. Isso implica desde logo que haja, em alguns casos, eleições primárias nos próprios partidos.

Hoje no Brasil, com este modelo, o candidato é que escolhe o partido. Se formos para as listas fechadas, é o partido que escolhe o candidato. É também verdade que cabe depois aos partidos a obrigação de tentar encontrar candidatos que tenham um protagonismo na sociedade, que sejam inquestionavelmente representativos da própria sociedade. E isso vai sempre decorrer da própria luta eleitoral, porque os cidadãos votam nos partidos, é verdade, mas também votam nos partidos olhando para as pessoas.

Nós sabemos hoje que os partidos no Brasil são frágeis, porque o modelo de política seguido não foi o de fortalecer os partidos — foi o de criar condições num modelo mais aberto. Mas esse caminho é um caminho que não será tão fácil de ser seguido para uma eleição em 1 ano. Eu penso que temos que ter sempre um período de transição, tem que haver aqui um período de transição.

E há uma segunda preocupação. Enganam-se aqueles que não tiverem a preocupação de olhar para os pequenos partidos. Temos que encontrar uma solução. O Brasil não pode passar de 28 partidos no Parlamento para cinco. Vai ter



que haver aqui um período de transição que tendencialmente depois vai absorver. Tem que haver uma boa legislação e uma boa definição de políticas de coligações, porque normalmente esses processos levam a coligações, a fusões entre partidos e levam também à definição do espaço político.

Eu devo dizer que já tive a oportunidade de ver, nas entrevistas que dei aqui, que na imprensa há uma certa resistência na comunicação social de publicar sobre as listas fechadas. Sempre fizeram esta pergunta: *“O senhor não acha que lista fechada é para esconder situações de menos transparência, situações de corrupção, e para que os partidos escondam os candidatos?”*. Eu devo dizer uma coisa: estão completamente enganados, porque o primeiro a retirar, a partir do momento em que a responsabilidade é do partido, como todas as instituições...

As instituições são egoístas por definição. As instituições têm por definição horror ao vazio. Não há vazio na sociedade, nas organizações, porque alguém ocupa o espaço sempre. Pelo contrário, hoje é mais fácil um político com problemas no Brasil ser acusado e o seu partido não se pronunciar do que em outra circunstância, porque neste caso o partido teria que tomar a decisão, porque se trata da defesa do próprio partido.

Nós temos vivido essa situação em Portugal, na Espanha. Quando qualquer político entra numa situação delicada, o partido imediatamente se afasta.

Vejam o que se passa na França com François Fillon: todos os grandes dirigentes republicanos começaram a se afastar de François Fillon, que tinha ganhado nas primárias em relação a Alain Juppé e a Nicolas Sarkozy. Os partidos nessa matéria não olham para o lado individual. Olham para o lado de uma perspectiva que seja global.

Aqui — volto a dizer — eu acho que o Brasil vai fazer esse caminho. Devo dizer que esse caminho não pode ser só norteado e só assumido pela questão do financiamento. É mais vasto que isso. Trata-se da questão da representatividade, da organização, da importância e da responsabilidade que os partidos têm perante a sociedade na definição dos espaços políticos num País que não tem hoje tradição de partidos regionais.

A Espanha tem esse modelo, mas ela tem partidos regionais. A Espanha precisa ter partidos regionais porque faz parte da compensação da soberania do



Estado. A Catalunha tem que ter partidos da Catalunha, que falam só para ela e que estão no Parlamento Nacional. As Canárias e o País Basco têm partidos que são da sua região, mas que estão no plano nacional.

Nós em Portugal não temos essa realidade. E a mim também me parece que o Brasil não precisa disso hoje, não há necessidade disso, porque dos 28 partidos não há partido só de âmbito regional.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Há a Galícia.

O SR. MIGUEL RELVAS - A Galiza domina o PP, que hoje é o partido do Governo. E um dia a Galiza ainda vai ser portuguesa. Essa é uma provocação minha. Eu digo sempre que eu sou muito ibérico. Eu acho que, se Filipe I de Portugal, Filipe II de Espanha, tivesse tido a ousadia e a visão de colocar a capital em Lisboa e não em Madri, hoje a Península Ibérica seria um país. Porventura, estaria de fora a Catalunha. Mas isso são outros ensaios e outra realidade.

Quero dizer que a questão não pode ser só norteadada pelo financiamento. O financiamento tem uma partilha importante. Nós em Portugal fizemos um longo caminho em matéria de financiamento. Há 20 anos a situação era muito delicada. Eu sempre fui daqueles que disseram que o financiamento partidário é como o funil: é muito larga a entrada e muito estreita a saída. E ele leva depois a situações pouco claras e pouco transparentes. E só há uma solução de haver transparência: ser muito exigente com a fiscalização.

Nós temos uma entidade responsável pelas contas dos partidos, no âmbito do Tribunal Constitucional, que fiscaliza os partidos de A a Z. Todas as transações dos partidos só podem ser feitas por cheque ou por transferência bancária. Os partidos têm que apresentar um orçamento para gestão, um orçamento para campanha. Esses fiscais aparecem de surpresa em ações de campanha para fiscalizar os partidos.

Deixe-me dizer-vos uma coisa. Nós temos um modelo um pouco diferente do vosso, em primeiro lugar porque os juizes do Tribunal Constitucional são eleitos pelo Parlamento, a maioria. Em segundo lugar, porque os elementos dessa entidade também são eleitos pelo Parlamento, mas são eleitos com dois terços dos votos dos Deputados em efetividade de funções. Isso exige um grande consenso na busca de personalidades independentes para o desempenho dessa função.



Penso também, sem querer lançar mais problemas para cima do debate, que um país com a representatividade que tem o Brasil, independentemente do modelo que vier a escolher, tem condições de ter uma lista nacional. E pode ser a lista nacional — os alemães têm isso — que seja a solução encontrada para dar representatividade aos partidos menores e médios. Se houver uma lista nacional de 200 Deputados e a esta lista aplicar-se o método D'Hondt, os partidos com 5% e 6% podem passar a ter representatividade no Parlamento, até porque — também fiz o meu trabalho de casa —, olhando para a configuração atual do Parlamento brasileiro, se não houver uma preocupação com os pequenos partidos, uma lei como esta pode não vir a ser aprovada. Portanto, eu entendo que o esforço de consensos, de encontrar aqui um caminho a médio e longo prazo, obriga tantos os grandes como os pequenos.

Sabemos nós que mesmo os grandes partidos no Brasil não são tão fortalecidos como o são na Europa, em que há uma cultura partidária real, que foi sendo criada ao longo de décadas desde a Segunda Guerra Mundial. Lembro que tanto o Brasil como o Portugal — a Espanha um pouco menos porque teve um período transitório — passaram das ditaduras militares para a democracia diretamente em muito pouco tempo, em um curto espaço de tempo. Nós tínhamos antes Parlamentos que eram condicionados, porque eram Parlamentos muito musculados, pela ditadura. Em Portugal não podia ser candidato a Deputado quem queria, mas quem o regime permitia. No Brasil era uma situação muito semelhante. Mas fomos capazes de absorver os princípios democráticos.

Eu acho que vou terminar para depois responder a mais questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Fale um pouco mais sobre o financiamento em Portugal, por favor.

O SR. MIGUEL RELVAS - Eu já ontem tive a oportunidade de explicar, mas vou fazê-lo novamente, porque é muito simples.

Há dois tipos de financiamento: para campanha eleitoral e para a gestão corrente do partido. Tanto para a gestão corrente como para a campanha só é aceito financiamento de pessoa física. Cada cidadão pode doar 10.650 euros para gestão corrente — o que em Portugal é muito — e 25.560 mil euros para campanha eleitoral.



Como é calculado o valor?

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - São 10.650 euros por ano?

O SR. MIGUEL RELVAS - É por ano esse valor.

Como é calculado? Por que o valor é 25 mil euros? Nós temos um indicador de ordem social que se chama IAS — Indexante dos Apoios Sociais, que o Estado dá aos mais desfavorecidos. O valor é 426 euros, independentemente das pensões, pois é um indexador de área social. E nós definimos que cada pessoa pode dar 60 vezes esse valor para campanha e 25 vezes esse valor para gestão corrente. Há um indicador e, portanto, quando esse indicador muda para cima ou para baixo, o dinheiro aumenta ou o dinheiro baixa.

Para campanha eleitoral o apuramento é feito pelo número de votos. Independentemente de haver ou não representatividade no Parlamento, por cada voto o Estado paga “X”. Não é o que eu ouvi aqui: *“Vamos dar 40 reais a cada cidadão que se inscreve e depois o cidadão diz a quem dá a cada partido.”* Não. O cidadão dá ao partido pelo seu voto. Quando voto no partido “A”, já sei que ele vai receber “X” de um bolo máximo que depois é dividido por todos.

Para dar um exemplo, a coligação do meu partido, nas últimas eleições legislativas, que ganhou as eleições, apesar de não governar, gastou 4,3 milhões de euros, que seriam 15 milhões de reais. Desses 4,3 milhões recebeu subvenção pública de 2,6 milhões de euros. O resto teve que ser o partido a colocar o dinheiro na campanha e as contribuições individuais.

Receber dinheiro das empresas dá prisão. Aliás, não é possível isso de forma nenhuma, nem as empresas hoje o fazem pela simples razão de que o financiamento só pode ser feito por transferência bancária ou por cheque. Portanto, há rastro de todo esse processo, com contas que têm que ser entregues anualmente no Tribunal de Contas, e são julgadas pelo Tribunal Constitucional.

É óbvio que os partidos não pagam o IVA, o Imposto sobre o Valor Acrescentado. Os partidos estão isentos de IVA. Estão isentos do pagamento de impostos sobre o património imobiliário.

Com relação à questão do financiamento, os partidos tiveram que se organizar. Anteriormente também em Portugal quem ganhava eleições era quem tinha mais dinheiro. No passado, muitos políticos tiveram que resolver seus



problemas atirando dinheiro para cima dos problemas. Estão aqui os Srs. Deputados que já foram Governadores, Prefeitos, e que sabem que isso não é verdade. Muitos dos problemas não são resolvidos porque se atira dinheiro para cima deles.

Mas eu acho que, quanto à questão do financiamento, também tem que se levar em consideração os estatutos dos partidos, que têm que ser muito claros. Eu acho que o grande esforço, para além de se mudar a lei do sistema eleitoral, é como se definir a lei da organização dos partidos.

Eu não posso ficar dependente. Se eu sou candidato em Santa Catarina, o Estado do Deputado Esperidião, pelo partido PP, eu não posso ficar dependente se a direção do partido em Brasília quer dar ou não quer dar dinheiro. Tem que haver regras muito claras, até porque eu, com os votos que eu vou ter em Santa Catarina, vou contribuir para o valor que o partido vai receber no fim do dia. Claro, como nós definimos isso em Portugal? Eleições Municipais.

As eleições municipais são muito mais caras. São 308 Municípios! Em 2011 estava no Governo, fiz uma grande reforma com o apoio do FMI, do Banco Central Europeu e da União Europeia, e cortamos 20 mil cargos públicos. Vinte mil cargos públicos! Cortamos 1,6 mil autarquias. Cortamos 20 mil cargos públicos, juntando Municípios pela proximidade. Por exemplo, o meu partido ganhou as últimas eleições, recebeu 3 milhões de euros. Distribuímos esse dinheiro por meio de um cálculo dos resultados que tivemos em cada Município. Nós dissemos que 20% ficam para um bolo nacional para posteriormente podermos apoiar mais aqueles que nós achamos que vão ganhar a eleição. Essa é uma questão de estratégia interna.

Mas eu tenho que calcular em Santa Catarina, por exemplo, o candidato a Prefeito de Florianópolis. Eu calculo, com base nos dois últimos resultados, que o meu partido vai receber pelo voto 1 milhão de reais. Eu entrego esse 1 milhão de reais à candidatura do meu partido. No fim do dia, se ele ganhar as eleições, esse dinheiro volta para o partido. No fim do dia, eu tenho que ter um orçamento, senão eu corro o risco de chegar ao fim das eleições e ficar endividado.

Como nós fazemos isso? Se o partido gasta 13 milhões e só vai recebê-los 2 meses depois das eleições, ele vai à banca e entrega à banca como hipoteca a subvenção. O que se sucede? O responsável pela banca é que tem que olhar e dizer assim: *“Deixe-me ver seu ele tem candidatos para ganhar ou não”*. A banca



sabe ver quem ganha e quem perde eleições. Sabe ver no contexto geral. O dinheiro que nós gastamos é sempre baseado no dinheiro que vem do orçamento do Estado. Isso obriga os partidos a serem mais profissionais na sua organização.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - É verdade que os socialistas e os comunistas têm acertado mais nessa questão dos recebíveis?

O SR. MIGUEL RELVAS - Dos recebíveis, como?

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Essa Antecipação da Receita Orçamentária — ARO. Os comunistas acertam mais ou acertam menos?

O SR. MIGUEL RELVAS - Não, os comunistas em Portugal têm uma estrutura completamente diferente da de outros partidos: têm funcionários, têm muita gente que recebe vencimento no partido. Têm uma estrutura completamente diferente. Os socialistas têm uma estrutura igual à nossa. O Partido Socialista português é um partido de centro-esquerda. Ele se juntou agora com o partido de extrema-esquerda, mas está sozinho no Governo, só por uma questão de tática política de chegar ao poder.

Os partidos tornam-se muito iguais. Por quê? Porque a fiscalização é muito permanente, a fiscalização é igual para todos. A fiscalização vai ser igual para todos. Um partido que não tenha uma boa estrutura... E é por isso que eu digo: ao mesmo tempo em que estão a estudar a mudança da lei, vejam também a definição do que é a lei de organização dos partidos no Brasil, porque isso vai obrigar que não seja possível que um partido, por exemplo, tenha a direção nacional em comissões provisórias *ad aeternum*. Tem que haver definição. Só pode haver uma comissão provisória no início, por um semestre. Depois, o partido tem que viver, porque, senão, podemos passar por uma situação em que quem for dono de um partido é dono do espaço político. Isso não pode acontecer.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Isso acontece no Brasil.

O SR. MIGUEL RELVAS - Mas, por isso mesmo, vamos trabalhar no sentido oposto.

É muito importante olhar para as experiências internas das organizações dos partidos. E não há nada para inventar: entra aqui o que se passa na Espanha, país grande; aqui o que se passa na Alemanha. Por exemplo, nós temos fundações, mas os partidos não podem dar dinheiro às fundações, não podem dar dinheiro. Mas as



fundações dos partidos podem, com regras, ser financiadas por pessoas, por instituições internacionais e por empresas — nesse caso, sim, também podem ser financiadas por empresas. Mas as fundações dos partidos só podem fazer formação política; não podem fazer política. Não podem transferir, nem em um sentido, nem em outro.

Mas eu devo dizer: se vocês juntarem aqui uma equipe de assessores e uma equipe de Deputados que estudem o modelo português, espanhol e alemão... Nós nos baseamos muito no modelo alemão, aliás, como os espanhóis. Nós e os espanhóis aprendemos muito. E os partidos alemães que se seguiram à ditadura pegaram a construção dos partidos portugueses e espanhóis. Os Sociais-Democratas pegaram dos socialistas e a União Demócrata-Cristã da Alemanha — CDU pegou do nosso, com a Fundação Naumann, e a Fundação Adenauer, e com a Fundação do Partido Social-Democrata da Alemanha — SPD. Aprendemos muito. Eu era muito jovem àquela altura; fui várias vezes à Alemanha. Fizeram muitos seminários em Portugal para nos ensinar, e aprendemos com a experiência dos alemães.

Eu penso, porque vivi essa realidade, que as experiências portuguesa, espanhola e alemã podem ensinar muito — estou falando da organização interna, independentemente do espaço ideológico, pois aqui nessa matéria não há divergências. Eu falo assim porque fui secretário-geral do meu partido por três vezes e eu respondia criminalmente. Para além do partido, o secretário-geral e o tesoureiro respondem criminalmente, como em uma empresa, que é uma responsabilidade acrescida para quem toma as decisões e que obriga que essas decisões não possam ser impostas se não forem feitas com regras, porque essa é outra questão que virá a seguir.

Mas eu penso que, se os senhores estudarem a realidade dos partidos português, espanhol e alemão, os senhores ultrapassarão esses impasses. O trabalho está feito. Nós e os espanhóis copiamos dos alemães. Depois, fomos aprofundando e adaptando. O caldo cultural do Brasil não é igual ao do português, nem ao espanhol, nem ao alemão, pois há matérias que têm que ser adaptadas. Na vida política, se há uma coisa que eu aprendi é: quando se perde não se perde tudo, quando se ganha não se ganha tudo. Quando eu vejo alguns políticos que acham



que, quando ganham, ganharam tudo, eu digo que é uma questão de tempo para eu os ver em situações delicadas e difíceis.

Portanto, significa que tem que haver bom senso. Os senhores podem constituir uma Comissão que estude a realidade dos partidos desses três países. Depois podem também estudar a realidade dos partidos grandes, dos partidos pequenos, dos partidos médios desses países e ver a configuração do Partido Comunista Português, que é um partido diferente dos outros, é um partido que ainda vive um pouco o espírito da clandestinidade. Quem viveu na clandestinidade daquela geração está sempre preparado para que um dia possa... Penso que o Brasil, com uma geração nova, reúne as condições.

Para terminar, quero dizer o seguinte: as organizações da juventude dentro dos partidos têm um papel muito importante: na organização, no financiamento que nós damos, na liberdade.

No meu partido, de 100 Deputados, a organização da juventude tem 15 eleitos, escolhidos pela direção, escolhidos pelos órgãos da juventude. Um projeto como esse é também um projeto para uma geração. Não se vai fazer tudo de uma vez só.

Portanto é muito fácil, depois do debate que os senhores fizeram, criar condições para que essa lei possa ser implantada, com um período de transição. O caminho se faz caminhando. Não há outra forma de nós abordarmos essas situações.

Essas mudanças não se fazem por revolução, mas por evolução. Quem pensa que faz revolução em sistemas políticos está completamente enganado. Só se pode fazer mudança por evolução.

Da nossa parte nós estaremos a partilhar, por muitas razões, a nossa experiência com os senhores sobre a organização dos partidos. Preocupem-se simultaneamente com isto: se vão fazer a lei eleitoral e não pensam na consolidação dos partidos, meus amigos, os senhores criam um problema.

Por exemplo, a questão do registro imobiliário dos partidos é uma coisa muito importante, porque os partidos são proprietários de espaço. Tudo tem que ficar muito bem definido. Há regras de A a Z.



E o brasileiro é muito criativo. Não há campanha eleitoral em Portugal que não seja feita com recurso técnico do *marketing* brasileiro. Eles sabem que lá lidam com verbas que não são aquelas com as quais lidam aqui. São piores? Não. São menos competentes? Não. São mais realistas. E eles sabem que tem que trabalhar de outra forma. Porque o dinheiro aqui é gasto porque ele existe. Se ele não existir...
(*Riso.*)

Se todos tiverem a partida com as mesmas regras, se houver democracia na partida, as regras serão iguais para todos.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Grande frase. Só gastam porque existe.

O SR. MIGUEL RELVAS - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Quero agradecer as palavras do Sr. Miguel Relvas.

Vamos então passar para a segunda palestrante, a Dra. Tova Wang, dos Estados Unidos, que é Diretora do Centro de Eleições Seguras e Modernas e Membro Sênior em Democracia na organização DEMOS. É autora de diversas publicações, além de comentarista em veículos como *The New York Times*, programas de TV e rádio.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Tem a palavra o Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu tenho uma questão que eu gostaria que a Dra. Tova incluísse nas suas observações. Por que os Estados Unidos da América fazem eleições seguras e modernas e não usam urna eletrônica sem recibo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - (*Riso.*)

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - V.Exa. já sabe qual é a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - É claro. (*Riso.*)

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Também desconfiam como nós? E uma "subpergunta": o sistema de apuração de votos dos Estados Unidos foi consagrado como um dogma na apuração da Flórida no ano de 2000. Se a Suprema Corte não mandasse parar de fazer a recontagem, ninguém sabe o que aconteceria.



A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, eu queria também formular uma pergunta à Dra. Tova sobre a questão da democracia direta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Nós consideramos — eu particularmente considero — que os problemas da democracia representativa, particularmente no Brasil, se devem ao não exercício da democracia direta, da democracia participativa. Como essa questão é resolvida no seu país? E que recomendações a senhora poderia fazer, numa perspectiva de reforma política no Brasil, de modo a se pensarem mecanismos de democracia direta, democracia participativa, no sentido de compreender essa outra dimensão da democracia, a direta, convivendo e se completando com a democracia representativa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com esses adendos do Deputado Esperidião Amin e da Deputada Luiza Erundina, nós então passamos a palavra à Dra. Tova Wang.

A SRA. TOVA WANG (*Manifestação em inglês. Tradução simultânea.*) - Meu amigo Ciro Leal vai fazer a tradução para mim.

Obrigada.

Sobre a primeira pergunta, o Secretário-Geral do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral — IDEA, Yves Leterme, ontem disse que, em geral, as experiências indicam que não devemos fazer uma mudança muito radical, de uma vez, para que os partidos possam se adaptar e também para que a sociedade civil possa se adaptar e dar sua contribuição para as decisões de reforma.

Encontrar com a sociedade civil, com grupos importantes, ter audiências públicas no país é importante como parte do processo. Isso é algo a ser considerado no caminho adiante que nós temos na reforma política.

Gostei muito porque foi levantada a questão da igualdade de gênero no Governo do Brasil. No Brasil e também no mundo, esse é um assunto importante. Ouvimos juntos, nos últimos dias, que em vários países na Europa há cotas por gênero, que são muito efetivas. O colega da Bélgica não está aqui hoje, mas ele comentou que isso tem sido muito bem-sucedido na Bélgica.



Isso é algo que tem sido também parte das consultas internacionais para novas democracias. A sugestão que eles dão são a de cotas de gênero, por exemplo, na África. Em países onde já trabalhei, a questão de cota de gênero tem sido uma norma, uma regra nessas conversas. Obviamente, vindo dos Estados Unidos, não posso falar de cota, porque não funcionaria no nosso sistema e também porque lá não se fala sobre cota de forma geral.

Nos últimos dias conversei com pessoas sobre o sistema que está sendo tratado aqui. Tem havido bastante investigação sobre a participação de minorias e de mulheres com voto proporcional de modo que tenham mais chance de serem eleitas.

Outra coisa que tem que ser lembrada é que o International IDEA tem várias publicações importantes sobre esse assunto. Os partidos podem ter um papel importante na inclusão das mulheres. Nada os impede de ter suas próprias regras para cotas ou participação das mulheres, inclusive para posição de liderança dentro dos partidos. Outra coisa que mencionamos são programas para encorajar as mulheres a concorrer em eleições. Mentorias e desenvolvimento de capacidade de mulheres jovens também seriam muito importantes.

Sobre as duas perguntas específicas sobre os Estados Unidos, eu posso falar um pouco sobre a questão do financiamento de campanha.

Gostei que tivesse sido levantada a questão das eleições de 2000, nos Estados Unidos. Foi o lançamento da minha carreira, trabalhando para que os Presidentes Carter e Ford examinassem essa eleição. Foi a minha posição à época. Naquela época vários tipos de urnas eletrônicas estavam sendo usadas. Houve muita controvérsia, depois de 2000, sobre essas máquinas de votação. Em 2002 foi aprovada uma lei que tratava do uso de urnas eletrônicas. Muitos Estados se apressaram em adquirir essas máquinas de votação sem necessidade de impressão, mas houve retrocesso nesse assunto nos anos seguintes. As eleições do último ano foram muito bem-sucedidas, inclusive porque a maior parte das máquinas utilizadas tinham alguma forma de impressão no equipamento e podiam ser auditadas.

Continua havendo rumores sobre *hackers*, mas isso é visto como boato. No entanto, isso continua sendo noticiado.



A questão da participação da democracia direta envolve estimular a sociedade civil a ter uma participação mais direta e imediata.

Nos Estados Unidos nunca houve um referendo ou plebiscito nacional, mas nos diferentes Estados ocorre com frequência esse tipo de consulta. Os Estados têm regras muito diferentes a esse respeito. Quase todo ano na Califórnia, por exemplo, são celebradas essas consultas, conforme as leis daquele Estado. A urna tem vários metros. Em Nova York não existem essas consultas porque essas regras são muito complicadas, e elas acabam não acontecendo.

Existem movimentos importantes em vários países do mundo para se ampliarem os foros em que são feitas consultas diretas à população. No Canadá, nos Países Baixos e nos Estados Unidos esse tipo de iniciativa tem sido tratado na sociedade civil, inclusive para incentivar o uso de tecnologia da informação, como a Internet, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Agradecemos à Dra. Tova Wang por sua palestra inicial.

Passamos a palavra ao Dr. Javier Zarzalejos, Secretário-Geral da Fundação para Análise e Estudos Sociais — FAES, da Espanha. Ele foi Secretário-Geral da Presidência do Governo, além de Conselheiro de Informação da Embaixada da Espanha no Reino Unido.

Com a palavra ao Dr. Javier.

O SR. JAVIER ZARZALEJOS - (*Manifestação em espanhol.*)

O SR. MIGUEL RELVAS - Eu só queria fazer uma referência, em 1 minuto, sobre uma questão que me perguntaram e eu me esqueci sobre a Lei do Financiamento.

Em Portugal, a partir de determinado número de Deputados, há financiamento para os grupos parlamentares, pago pelo Parlamento, que se consolida nas contas do partido, ou seja, o dinheiro das eleições é para o partido. Depois, no Parlamento, baseado no número de Deputados, financiam-se os grupos parlamentares em despesa para pessoal, para assessores e também para as iniciativas políticas do grupo parlamentar. Esse dinheiro não sai do partido, é outro financiamento, apesar de se consolidar nas contas do partido que vão para o Tribunal Constitucional.



Essa é uma questão importante. Os Deputados continuam a ter condições de trabalho independentemente da estratégia financeira do partido. Eu não tinha feito essa referência de que há mais uma forma de financiamento 100% pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Queremos agradecer ao Dr. Miguel Relvas, à Dra. Tova Wang e ao Dr. Javier Zarzalejos e parabenizá-los pelas brilhantes palestras.

Eu fui alertado pela Assessoria de que o Dr. Miguel precisa se retirar às 11 horas porque tem que pegar um voo. Então pediria que os questionamentos feitos agora fossem dirigidos ao Dr. Miguel e depois continuássemos com a Dra. Tova e o Dr. Javier.

Vou chamar pela ordem de inscrição.

O Deputado Esperidião Amin está ausente.

O Deputado Afonso Motta está ausente.

Concedo a palavra à Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Dr. Miguel, eu gostaria de ouvir algumas observações a respeito da publicidade, da propaganda eleitoral, e do papel da mídia no processo eleitoral e no processo político de um modo geral. O que representa esse setor para a vida política daquele país? Que papel ele representa em relação a isso? Para nós, isso é algo determinante, para o bem e para o mal, na nossa experiência política no Brasil.

E as coligações? Como o senhor vê as coligações de modo a garantir que a vontade do eleitor seja efetivamente respeitada na sua decisão de voto? Essas são as duas questões que eu quero que o senhor responda.

Depois, gostaria que o Dr. Javier respondesse à outra questão a respeito da experiência na Espanha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não seria preferível que todos fizessem as perguntas ao Dr. Miguel, para podermos liberá-lo?

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O próximo inscrito é o Deputado Henrique Fontana.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Tudo bem.



Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Deputado Marcelo Castro, na sua pessoa cumprimento todos os que compõem essa Mesa, bem como os Sras. e Srs. Deputados.

O que eu quero comentar a respeito da exposição feita aqui é que ficou claro que nós temos que fazer a reforma política, mas também temos que fazer uma reforma na legislação dos partidos políticos.

Já existem alguns projetos tramitando. Eu mesmo já apresentei alguns projetos, entre eles o que caça o registro de partidos que não tenham diretórios em pelo menos 80% dos Estados.

Aqui no Brasil, os partidos costumam ser propriedade de uma família, até como se fossem deixados como herança de pai para filho. São verdadeiros cartórios, aliás, como eram os cartórios, porque, hoje em dia, eles não são mais assim.

Há uma situação agravante. Todas essas propostas feitas aqui não cabem no Brasil com relação aos partidos, porque o partido é a única instituição que nós temos que não tem a obrigatoriedade de dar transparência aos seus gastos públicos. Isso é incrível! Eu também sou autor de uma proposta que obriga os partidos políticos a darem publicidade aos seus atos e registros financeiros. Não há essa obrigatoriedade aqui no Brasil. Ninguém sabe o que os partidos gastam. Trata-se de uma verdadeira caixa-preta à qual ninguém tem acesso, nem a população nem os Deputados, tampouco os filiados aos partidos.

A nossa grande preocupação hoje, na reforma política, é com o financiamento de campanha. Pelo que nós pudemos perceber, o financiamento de campanha está ligado aos partidos políticos. Não se pode mais fazer financiamento de campanha de forma individual, até porque, caso seja aprovada a lista fechada, obrigatoriamente, um estará umbilicalmente ligado ao outro.

A minha primeira pergunta é: há limite de gasto de campanha? Nesse caso, há a possibilidade de autofinanciamento também? O senhor disse que o recurso que é destinado à manutenção não pode ser utilizado em campanha, mas eu quero saber um pouco mais. Se o filiado for um grande empresário e quiser financiar o partido para, conseqüentemente, financiar a sua candidatura, ele estará na lista?



Isso é possível lá em Portugal? Como é tratada a questão do caixa dois em Portugal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Esperidião Amin, que chegou agora, o Dr. Miguel vai ter que se retirar às 11 horas. Então, nós preferimos estabelecer que, quem tivesse perguntas a fazer para ele, que as fizesse logo, para ele responder e ficar liberado e nós continuarmos com o nosso debate.

Concedo a palavra ao Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - O próximo não é o Deputado Rubens?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, V.Exa. primeiro, tem primazia.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - A ordem é de inscrição, não é de idade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Idade é pouco.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - O senhor vai ter que se incomodar, porque eu vou ter que pedir direito de resposta à pergunta dele. *(Risos.)*

Eu fiquei muito satisfeito. Tive que me retirar por motivo de força maior e peço desculpas por não ter acompanhado toda a fala do Sr. Zarzalejos.

A minha pergunta ao senhor, Sr. Miguel, é a respeito da democracia interna dos partidos, da governança, que eu acho que é fundamental e vem até, de certa forma, ao encontro da pergunta do Deputado Hildo, ou seja, o poder econômico sempre será um fator de dificuldade para essa democracia interna. Não é o único, há outras formas de caciquismo. E nós que somos, mais ou menos, ibéricos, sabemos que gostamos do caudilho. E o caudilho não precisa nem ser movido por dinheiro, basta carisma ou outros atributos.

Então, se o senhor puder descrever o que a lei, não o sentimento, mas o que a lei estabelece ou nos remeter a um texto sobre governança corporativa, no caso, governança partidária, eu ficaria muito satisfeito.

Mas quero dizer ao senhor o seguinte: quem está presidindo a sessão se converteu ao fundamentalismo, porque ele também está defendendo a burca. A lista fechada é a burca da democracia.

Muito obrigado.



O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Deputado Marcelo, queria apenas ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Já tinha pedido a palavra o Deputado Valmir. Falará depois o Deputado Rubens Pereira Júnior, depois o Deputado Pompeo de Mattos e depois V.Exa.

Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli, por favor.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente desta sessão, Deputado Marcelo, eu queria fazer uma indagação aos três debatedores, mas como o Dr. Miguel precisa sair, obviamente já vou fazê-la. Depois queria que os outros a comentassem.

Nós temos questões relevantes, necessárias e urgentes que precisamos debater, como a questão do financiamento do sistema eleitoral e tudo o mais. Isso é o que nos preocupa mais.

Aliás, eu queria só fazer um alerta — um alerta, não, uma ponderação: o Deputado Esperidião falou da lista, de que as opiniões e as posições com relação à lista partidária ou o voto proporcional, num momento como este — não é o caso do Deputado Esperidião... A uma parte da imprensa eu disse ontem que fica uma guerra psicológica no sentido de que há tentativa de utilização desse formato eleitoral para proteger alguém, para escamotear, para disfarçar listas ou coisa parecida, como a lista do Janot ou sei lá o quê.

Eu acho que nós temos a responsabilidade muito grande de manter o debate no nível das posições políticas históricas, até de alguns partidos — não é o caso do meu partido. Então, nós temos muita responsabilidade nesse sentido, para não induzir a alguma coisa.

A minha pergunta diz respeito, em tese, a uma questão secundária do processo eleitoral, mas que diz respeito ao nosso cotidiano. Primeiro: como é tratada a questão de pesquisas eleitorais nos processos eleitorais, em especial nos Estados Unidos, que acaba se utilizando muito mais dessa lógica de pesquisa? Aqui há sempre uma discussão da forma de utilização, de tempo de utilização de pesquisas eleitorais. Como é tratado isso?

Segundo: como é tratado o processo que aqui nós chamamos de desincompatibilização dos candidatos? Vejam só, é uma coisa incrível: um Vereador



que vai disputar uma reeleição não precisa se desincompatibilizar, mas, se um assessor dele for disputar a eleição, precisará se desincompatibilizar. Então, como é tratada essa questão da desincompatibilização? Como é tratada essa questão das pesquisas e do processo de acompanhamento da imprensa? Também sabemos que muitas vezes a imprensa acaba se utilizando de recursos mais ou menos tendenciosos para divulgar ou impedir o crescimento de uma determinada candidatura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Tem a palavra o Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Bom dia!

Farei duas rápidas perguntas, porque o palestrante vai ter que se ausentar.

A primeira — não sei se ficou bem clara — é a respeito do repasse partidário, que ocorre 2 meses após o fim da eleição. Neste caso, alguns bancos emprestam olhando a viabilidade de quem vai se eleger ou não. Não há uma decisão política também por trás dos bancos?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sim, mas não há uma análise política por parte dos bancos? Em vez de emprestar o dinheiro a quem aparentemente irá vencer, pode optar por não emprestar àquele candidato que não lhe agrada.

O SR. MIGUEL RELVAS - Não empresta a quem acha que não tem votos para pagar.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Então, ele empresta ainda que seja um adversário da sua corrente. No Brasil, não sei se isso daria muito certo. No Brasil, eu acho que eles abririam mão desse lucro do empréstimo por decisões políticas.

O segundo ponto, apenas a título de debate, não o estou defendendo, é: existe no Direito Comparado algum exemplo de financiamento partidário exclusivo pelos filiados? Por que é o poder público que banca os partidos políticos? *“Ah, a nossa democracia é partidária, foi uma opção da Constituição”*. Mas até quando essa conta ainda vai ficar para o povo? Em algum outro lugar, existe essa previsão de que cada filiado banque o seu próprio partido político?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Deputado Ronaldo Fonseca. Depois o Dr. Miguel Relvas poderá responder às perguntas.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - A minha pergunta ao Dr. Miguel é bem rápida. Infelizmente não pude participar da palestra que ele deu aqui no início.

Como é tratado o sistema jurídico dos partidos políticos em Portugal? É de personalidade jurídica privada ou pública? Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O Deputado Pompeo de Mattos pede para fazer uma pergunta.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Cumprimento o Deputado Marcelo Castro e os nossos palestrantes.

Na verdade é uma curiosidade só que quero colocar ao Dr. Miguel. Eu já aderi à burca, como o diz o Deputado Esperidião Amin, há alguns anos. Eu estou aqui por quatro mandatos. E acho que a lista é interessante, embora eu interprete que agora ela seja meio casuística. Eu quero deixar isso bem claro. Ela é meio casuística por conta de uma série de problemas que acontecem no País. Mas menos mal, porque Deus é bom. Antes tarde do que nunca, ou antes tarde do que mais tarde. Se as circunstâncias são essas, eu acho que se trata do homem e das suas circunstâncias, do Parlamento e das suas circunstâncias. Se for assim, vamos aprofundar.

Eu tenho um projeto de lei que eu apresentei em 2010. Então, lá se vão 7 anos. Eu já tinha um anterior na mesma linha, que caiu, e apresentei um novo com o mesmo objetivo. Ele propõe a lista na forma como ela é convencionada em todo o mundo, mas é uma lista na qual o cidadão, o eleitor, vota. Na hora em que ele vota, abre a lista e vota na lista do seu partido. Ele escolhe, dentro da lista, em quem ele quer votar.

E como se dará a eleição? O importante é como vai se dar a eleição. O partido fez a lista. O eleitor vai lá e vota na lista do partido, abre a lista. Elegeu, digamos assim, seis Parlamentares. Qual é o primeiro eleito? O primeiro da lista. Quem é o segundo eleito? O primeiro mais votado. Quem é o terceiro eleito? O próximo da lista. O quarto? O mais votado. E o eleitor não é obrigado a votar no segundo. Ele vota se quiser.



Consequentemente, o eleito pela lista vai ter menos votos. Se o partido fizer a lista bem certinha, provavelmente o primeiro mais votado será o primeiro da lista, o segundo mais votado será o primeiro da lista. Se o partido não fizer a lista corretamente, o eleitor daquele partido vai buscar o candidato lá embaixo, na lista, e vai trazê-lo para cima, vai corrigir isso.

Então, essa é a proposta que eu apresentei e que eu defendo. Por enquanto ainda estou meio isolado na defesa. Mas a maneira como eu vejo é híbrida. Eu chamo de voto em lista misto. Ele não tira o poder do eleitor de corrigir a lista e dá poder ao partido de fazer uma lista. Se o partido errou na lista, o eleitor a corrige, e ganhamos todos. Essa é a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O nosso Relator, Deputado Vicente Candido, pede também para fazer a pergunta ao Dr. Miguel.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Bom dia, Presidente Marcelo Castro. Bom dia, novamente, aos nossos palestrantes e visitantes.

Agradeço mais uma vez à Sra. Tova, ao Sr. Javier, ao Sr. Miguel. Estendemos a agenda aqui com mais o dia de hoje para nos ajudar nessa reflexão para as mudanças no Brasil.

A minha pergunta é bem objetiva, Sr. Miguel. Portugal adota a lista desde quando? Há alguma inquietação no debate, sensação de mudança no modelo de votação de lista para outro sistema? Há o chamado engessamento — esta é uma das perguntas que nós temos que responder aqui —, envelhecimento, falta de renovação, que a lista não permite. Você pode discorrer rapidamente sobre essa questão?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Presidente Marcelo, quero apenas dizer o número do projeto: Projeto de Lei nº 7.869, de 2010. É bom dizer isso, porque há muita gente escutando e assistindo à reunião. Então, podem pesquisar: Projeto de Lei nº 7.869, de 2010.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Concedo a palavra ao Dr. Miguel, para que possa responder às questões.

O SR. MIGUEL RELVAS - Eu vou começar pela questão levantada pelo Deputado Pompeo, que pode ser uma questão interessante, porque é uma lista



fechada, mas desbloqueada. Penso que pode ser interessante. Numa primeira fase, não se passa por um sistema tão partidário. A lista permite que o eleitor possa fazer essa opção. É uma evolução, até porque os sistemas políticos — respondendo ao meu amigo Vicente Candido — estão sempre em evolução, estão sempre em debate, estão sempre postos em causa.

Em Portugal, já se discutiu os (*ininteligível*). Depois veio a questão do financiamento público. A questão que se coloca aqui é: enquanto não se chega a situações de desespero, eu diria quase que fatais, de instabilidade ou de ingovernabilidade, os sistemas vão se mantendo.

Todos sabemos que, no último ano e meio no Brasil, muitas outras situações não diretamente envolvidas com o sistema eleitoral trouxeram essa discussão, que hoje é mais atual, porque está muito condicionada à questão do financiamento. A questão do financiamento é central para a dimensão, porque estamos falando de um País continental. Uma campanha eleitoral no Brasil — vamos ser realistas, sem demagogia — tem sempre que ser cara. A democracia tem custos.

O Brasil é um País continental. A forma como se desloca no Brasil não é igual àquela na Europa. Eu vou de Lisboa a Moscou em 4 horas, mas eu tenho uma autoestrada. Existe trem direto de Lisboa a Moscou, existe autoestrada de Lisboa a Moscou, existem aviões de Lisboa a Moscou. A mobilidade na Europa é uma realidade completamente distinta daquela que existe, por exemplo, no Brasil. Logo, o candidato, no Brasil, tem mais dificuldades, tem mais custos. É uma realidade distinta daquela que existe na Europa. Para ir de Madrid até Frankfurt, há trem-bala. A realidade é outra. Eu saio de Bruxelas, almoço em Paris e volto a Bruxelas em 2 horas. No Brasil, eu não tenho essa facilidade. Portanto, as reformas políticas têm que se adaptar à realidade.

O Deputado (*ininteligível*) colocou a questão de os filiados pagarem. Bem, isso seria abrímos, outra vez, a capoeira à raposa, porque os filiados são tratados iguais aos outros cidadãos. A lei diz que o cidadão dá por cheque ou transferência bancária “x”, nem mais 1 euro. Isso tem que ser fiscalizado, senão vamos fazer uma segregação na democracia pelo valor e capacidade financeira que uma pessoa tem. Isso não pode existir na partida nem na chegada. O filiado paga as suas cotas. No



meu partido, em Portugal, que é o maior partido português, as cotas não chegam a 10% das receitas.

Portanto, eu tenho que encontrar outras formas de gerar receitas, como o financiamento público, iniciativas que eu posso ter. Eu posso fazer jantares, posso ter um artista que me ofereça um quadro. Posso fazer o melhor, mas tudo com transferências bancárias. Tudo tem que ser controlado.

Eu não estou de acordo com a questão da burca, até porque tenho uma má relação com burcas. O sentido da estética prevalece sobre todos os outros. Portanto, como não tenho uma limitação religiosa, eu tenho da estética um sentido muito semelhante ao da falsidade.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - É um apelo à beleza também. Você pode imaginar o que existe lá dentro.

O SR. MIGUEL RELVAS - Mas eu considero belo.

Sinto-me muito feliz com o sistema da lista fechada. Estou convencido de que vocês, depois de viverem esse sistema, também vão sentir isso.

Por exemplo, o Deputado Pompeo de Mattos aqui colocou uma proposta criativa, muito interessante, que pode resolver muitas limitações, muitos condicionalismos, muitas reservas, porque, em relação a qualquer sistema político, é muito fácil fazer demagogia.

Ontem, eu dei uma entrevista ao jornal *O Globo* e perguntaram-me assim: “*É para esconder as pessoas da Lava-Jato que vão transparecer...*”? Estão completamente enganados. É mais fácil eu esconder neste modelo atual do que no modelo de lista.

O que tem que existir aqui são regras muito claras na organização dos partidos. É aí que está o segredo. O ovo de Colombo não é o sistema político, é a organização dos partidos, os estatutos dos partidos.

Por exemplo, nós, em Portugal, as coligações (*ininteligível*) a Espanha. A Deputada Erundina colocou a questão das coligações. Há dois tipos de coligação. Existem as coligações pré-eleitorais. Eu e o partido de um Deputado constituímos e registramos no tribunal uma coligação com um acordo assinado. Eu, por exemplo, sou maior: tenho 70% dos Deputados; ele tem 30%. Os dele substituem os dele, independente do lugar da lista; os meus substituem os meus. Fica acordado que o



Estado não dá dinheiro ao partido, dá à coligação. Do dinheiro da coligação, ele paga 30%, eu pago 70% — isso numa coligação pré-eleitoral, só para que eu (*ininteligível*). E não é burocracia. É muito fácil eu fazer isso. Fica registrado um compromisso de uma coligação. Se amanhã nos desentendermos e nos separarmos, as contas estarão feitas. Ele tem os Deputados dele e eu tenho os meus Deputados. Os meus substituem os meus e os dele substituem os dele.

Outra coisa são as coligações pós-eleitorais. As coligações pós-eleitorais são uma questão política. Muitas vezes, os partidos estão numa campanha eleitoral dizendo que nunca vão fazer coligação, mas depois das eleições entendem isso logo a seguir, mas a penalização que pode existir é só de referência, de mérito, política. O eleitor não gostou, mas, da próxima vez, vai dizer: “*Já me enganou uma vez, não volta a me enganar pela segunda vez*”.

Eu penso que a questão das coligações pré-eleitorais, no Brasil, vai trazer um espaço. Será a partir dessas coligações pré-eleitorais que os partidos vão formar blocos, o que hoje não existe — bloco de centro-esquerda, bloco de centro-direita, bloco mais liberal. Esse é um caminho que será naturalmente feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Miguel, espere só um instantinho.

O SR. MIGUEL RELVAS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Uma coligação pré-eleitoral num sistema como o de Portugal, de lista fechada, como organiza essa lista?

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - E dura quanto tempo?

O SR. MIGUEL RELVAS - Dura o tempo da legislatura: 4 anos.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MIGUEL RELVAS - Dura o tempo da legislatura, mas pode terminar antes.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MIGUEL RELVAS - Mas fica assumido: eu faço dez candidatos. Eu tenho o primeiro, o segundo e o terceiro. Ele tem o quarto, o sexto e o sétimo. Os suplentes dele substituem os dele e os meus substituem os meus. Nós cortamos a coligação. Eu fico com os meus e ele fica com os dele, sempre bem definido, sem qualquer problema.



Quanto à questão da comunicação social, é uma realidade. Nós sabemos que, nos momentos de mudança, a comunicação social tem um papel importante a favor e determina, muitas vezes, quem ganha.

Nós hoje temos aqui no Brasil um fenômeno muito bem demonstrado. Ainda é muito cedo, mas, por exemplo, vê-se que o Prefeito de São Paulo caiu na simpatia da comunicação social. Transformará o pique em Planalto? Não sei. Eu não acredito que transformará o pique em Planalto. Política é feita disso. Hoje, ele tem a simpatia da comunicação social. Daqui a 1 ano, a terá? Não sei. Essa é a habilidade que os políticos têm de ser capazes de surgir e se manter.

Quanto à questão do caixa dois, em Portugal, é crime. Portanto, se há, não sei. Muitas vezes, sabemos que *los hay, los hay*. Agora, essa é uma questão que, em Portugal, é crime. Portanto, há controle das cotas, que sempre é feito pelos orçamentos. Você apresenta o orçamento, que tem de dizer da onde vem o dinheiro. Se você diz que vai gastar dez, sete vêm do financiamento público e “x” disso. O partido pode colocar o dinheiro que tem registrado no banco na campanha — dinheiro que poupou da sua gestão — e entra com “x”, mas a fundação do partido não pode, o grupo parlamentar não pode.

O grupo parlamentar, por exemplo, no nosso caso, paga muitas pesquisas, faz mais pesquisas. A fundação paga a formação de jovens, paga ações de formação dos partidos, paga edições, porque, quando os partidos forem mais profissionais, também haverá uma competição entre eles, que vão querer demonstrar que são mais profissionais, mais organizados, têm o melhor *site* na Internet. Lembro uma vez, quando eu era Secretário-Geral, que determinei que certo dia fosse o *open day*. Naquele dia, as trezentas sedes do meu partido abriram as portas para quem quisesse ir lá discutir. Ainda há a luta política local.

Qual o segredo para fortalecimento do partido? O modelo da lista fechada dará grande importância aos autarcas, aos Municípios. O partido que tem representação nacional, que tem Prefeitos em todo o país, vai ser um partido mais forte. Muito mais importante do que os Deputados é o fortalecimento de baixo para cima.

Ao terminar, volto a falar da questão central: preocupem-se com o modelo eleitoral, mas não prescindam dele e sejam os políticos a fazer isso, não entreguem



a tribunais, não entreguem a assessorias. Pensem nisso os senhores, políticos, por terem a vivência e porque, no dia seguinte, vão ter que pagar o preço do que for feito. Muitas vezes, empurram com a barriga o problema e vão ter que pagar à frente. É questão de organização dos partidos, da democracia interna, do que a lei deve impor de limites máximos e mínimos nessa matéria. Os senhores têm que ser muito rigorosos nessa matéria. Não se pode transigir com as perdas de mandatos. Quando há uma disputa interna, a quem recorrer? Em Portugal, só se pode recorrer ao tribunal constitucional se houver uma disputa. Recorre-se à justiça interna do partido.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - O tribunal constitucional não diz que é *interna corporis*?

O SR. MIGUEL RELVAS - Não, analisa o processo, mas a questão é que o partido também passou a ter um órgão jurisdicional. O meu partido tem um órgão jurisdicional, tem um órgão independente de contas dentro do próprio partido, porque depois há mecanismos de controle.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Nessa questão específica de decisões políticas do partido, entre aspas, “privilegiar A ou B”, o recurso contra a decisão política, por exemplo, que deu a vaga para fulano e não para beltrano...

O SR. MIGUEL RELVAS - Mas isso é luta política. Se as eleições foram corretas... Mais uma coisa: nós temos militante do partido. No meu caso, no meu partido, só pode votar 1 ano depois de ser militante. Mudou de terra, fica 6 meses impedido de votar. Mudou de cidade, durante 6 meses não pode votar. Por quê? Para impedir que haja mudanças...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Na maior parte dos nossos partidos é 30 dias.

O SR. MIGUEL RELVAS - No meu partido, se você se filiou para poder votar, tem que estar há 1 ano sem direito a voto.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Um ano de filiação?

O SR. MIGUEL RELVAS - Um ano de filiação. Mudou de terra, 6 meses sem votar, para que não possa haver movimentos de controle de uma cidade para outra cidade. Isso tem custos para a organização. Há regras para ter acesso à base



eleitoral do partido. Os órgãos locais têm acesso automático ao sistema eleitoral dos seus militantes.

Pagamento de cotas. Os militantes só podem pagar as cotas com cheque, transferência bancária ou na máquina. Não podem pagar em dinheiro. Antigamente, chegavam sacos de dinheiro para pagar as cotas. Pagavam-se as cotas de quinhentas pessoas que iriam votar. Isso não pode mais. Paga-se por transferência bancária ou cheque.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - O pessoal quer saber qual o seu partido, Miguel.

O SR. MIGUEL RELVAS - O meu partido é o Partido Social Democrático.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Mas eles têm personalidade jurídica privada?

O SR. MIGUEL RELVAS - Pública. Por isso têm financiamento público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Chegando ao final dessa primeira parte, queremos agradecer-lhe imensamente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, deixe-me dizer. Eu não ouvi todos os outros dando as respostas, mas gostaria de dizer que o Sr. Miguel é muito bom. É muito bom ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - É verdade. E prestou um relevante serviço.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Principalmente porque ele elogiou bastante o seu projeto, não é Deputado Pompeo de Mattos? *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não é por isso. Outras dúvidas que eu tinha ele as tirou, bem como dos colegas. O meu projeto é um detalhe, mas ele é muito bom.

O SR. MIGUEL RELVAS - A proposta dele pode ser um bom desidrato, pode ser uma boa solução porque fecha, mas não bloqueia. Isso é muito importante para deitar abaixo os discursos mais fundamentalistas, utilizando aqui a linguagem mais islâmica do Deputado Esperidião Amin. Eu me permito dizer-vos: vejam o que está na Espanha, em Portugal e na Alemanha em matéria de organização dos partidos. É a vossa fotografia.



Outra coisa depois é o sistema eleitoral. O vosso receio é que os partidos, no futuro, ainda sejam mais donos de pessoas do que são hoje. Isso tem que ser combatido. Nós somos uma democracia recente muito grande. Nós também tivemos que passar por esse caminho, mas a entrada na Europa ajudou-nos a acelerar o processo. Portugal é um país muito mais moderno desde que entrou na Europa. Bem ou mal, mas fomos obrigados a seguir esse caminho, como a Espanha.

Vocês não tiveram esse confronto cultural, mas nós já tivemos 250 Deputados. Hoje temos 230 Deputados, que é muito para a dimensão de Portugal. Se o Brasil tem 500, nós deveríamos ter 75 Deputados, em face da dimensão territorial e populacional, mas isso tem a ver com a representatividade.

Muito obrigado. Sempre que for necessário, estou disponível.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Mais longe iria, se mais mar houvesse.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Só quero informar que o Miguel está saindo daqui para fazer um debate de televisão em rede nacional sobre reforma eleitoral para ajudar o Brasil a mudar. Então, ele continua na missão dele de militante luso-brasileiro. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Nós agradecemos imensamente ao Dr. Miguel Relvas. O Brasil agradece a sua colaboração. Esperamos que as suas palavras sábias toquem as mentes e os corações de muitos Parlamentares que estão aqui para que possamos avançar no nosso sistema eleitoral.

Vamos agora, pela lista de inscritos, fazer as perguntas aos outros dois palestrantes. Em primeiro lugar, está inscrito o Deputado Esperidião Amin, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Pergunto ao Dr. Javier se ainda existe na Espanha algo que me estranhou muito. Ainda existem Prefeitos-Deputados Federais? Ou seja, Prefeito em exercício que exerce o mandato de Deputado Federal simultaneamente? Eu conheci um dos oito da época. Era o Prefeito de La Coruña. Ele era, se a memória não me falha, do Partido Popular, PP, e era Deputado Federal. Eu estava em visita oficial e ele disse: hoje à noite eu não posso recebê-lo, pois vou ter que viajar para Madrid, porque tenho que exercer o meu



mandato de Deputado Federal. Ele ocupava o cargo de Deputado Federal simultaneamente ao de Prefeito. Na época, eram oito Deputados Federais que ocupavam o cargo também de Prefeitos.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Não, eu não gostei da ideia. Eu fiquei imaginando aqui quantos de nós teríamos deixado um cargo. Acho que, do Partido Comunista, nenhum deixaria de ser as duas coisas.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Deputado Esperidião Amin, aqui no Brasil, o Vice-Prefeito de São Paulo, da Capital era Vice, assumia como Prefeito e era Deputado. No Rio Grande do Sul, o Tarso Genro foi Prefeito — ele era Vice-Prefeito —, podia ser Prefeito, porque assumia a Prefeitura, e tinha o mandato de Deputado.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Pela Constituição atual?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Pelo amor de Deus! Está na Constituição, nas Disposições Transitórias. Ele foi Vice-Prefeito, Prefeito e Deputado. Eu queria ter sido, só não fui porque me elegi Prefeito e não Vice. Está na Constituição, nas Disposições Transitórias, e naquela eleição de 1988, quem se elegeu Vice-Prefeito e era Deputado podia ser os dois, Vice e Deputado.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Podia ser os dois naquela eleição. Hoje, vou repetir, não pode. Falando em transitório, nós tivemos em Santa Catarina o mesmo caso que S.Exa. mencionou, só que era Deputado Estadual.

Minha primeira pergunta: na Espanha isto é permitido hoje, não como disposição transitória, mas como estatuto permanente?

Em segundo lugar, quando se fala em governança corporativa, eu quero aqui até homenagear, privei de bons momentos com D. Manuel Fraga Iribarne, que foi duas vezes a Santa Catarina. Temos cidades irmãs. Ele era um grande jogador de dominó, sinal de inteligência, porque só os inteligentes sabem jogar dominó. Ele foi Governador por 25 anos, se não me engano. Foi Presidente da Junta de Galicia por 25 anos, o equivalente a Governador. No Brasil, seria Governador do Estado. Como lá não é uma região não tão autônoma quanto à Catalunha nem quanto aos países bascos, mas é uma região autônoma, eu pergunto se isso é da Constituição nacional ou é uma particularidade?



Finalmente, ele prestigiou muito um escritor gaúcho de Ijuí, Manoelito de Ornellas, que escreveu sobre a língua portuguesa cotejada com o galego. Então, se o senhor puder desenvolver para nós sobre essa peculiaridade do sistema espanhol, seria muito útil neste momento.

Posso endereçar pergunta também à Dra. Tova?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pode sim.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Minha pergunta é a seguinte: eu fiquei muito estimulado a pensar sobre esse assunto e vou formular uma indagação.

Li recentemente uma biografia do Benjamin Franklin e cheguei à conclusão de que ele e o Thomas Jefferson inventaram o Colégio Eleitoral americano com o explícito propósito de impedir que o povo tivesse completo domínio sobre a decisão democrática. Vou repetir: fizeram isso para pôr um freio na decisão popular. Thomas Jefferson assumiu isso, porque antes já tinha escrito a Constituição da Pensilvânia.

A eleição recente do Presidente Donald Trump colocou em evidência, mais uma vez, que há conflitos entre a decisão popular e a decisão do Colégio Eleitoral. Que perspectivas nós temos de evolução do sistema eleitoral americano para que “*one man, one vote*” realmente seja para valer, já que com o Colégio Eleitoral esse princípio não prevalece? Há alguma tendência de modificação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vamos passar a palavra agora para a próxima inscrita, a Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Eu queria indagar do Dr. Javier sobre a experiência dos novos partidos que estão surgindo na Europa, no caso do Podemos, na Espanha, e do Syriza, na Grécia, seja do ponto de vista de um novo modelo de organização partidária, seja uma experiência bastante embrionária. De qualquer forma, gostaria de saber sobre a experiência de Governo, o desempenho desses partidos em seus respectivos países frente a uma nova concepção de partido. Essa é a curiosidade e o interesse que eu gostaria que V.Exa. pudesse atender.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O próximo inscrito é o Deputado Henrique Fontana, a quem concedo a palavra.



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, na verdade, eu vou primeiramente cumprimentar os nossos palestrantes e agradecer pela contribuição tão importante que estão dando para o nosso debate. Quero pedir licença a eles para expressar uma opinião política e não propriamente fazer uma pergunta.

Evidentemente, todos nós aprendermos, nesses anos todos de debate e lendo sobre sistemas eleitorais de diferentes países, que não há o sistema eleitoral perfeito, há o sistema eleitoral melhor possível para um determinado país nas circunstâncias em que ele está.

Eu mesmo, Deputado Pompeo de Mattos, quando fui Relator da reforma política, fiz no meu relatório uma proposta que se assemelha à proposta que V.Exa. colocou aqui em debate há pouco, que é a chamada lista flexível, que diz da exigência de um conjunto de regras democráticas para os partidos. Não podemos entrar agora em detalhes, numa fala curta, mas a ideia de democratizar a vida dos partidos e a forma de constituir uma lista é fundamental para debater lista partidária. Sem isso, a lista, obviamente, perde completamente o seu valor. Era uma lista flexível, porque só os eleitores que votassem na legenda estariam corroborando com a lista. O eleitor que, no dia da eleição, quisesse votar num Deputado, estaria, com seu voto, alterando a lista feita pelo partido. O sistema de lista flexível é muito semelhante ao sistema belga.

Existe uma ferramenta que tem sido cada vez mais usada no mundo inteiro na democracia, que são as primárias. O conceito de primárias supera o chamado controle das oligarquias partidárias, que é, como colocou o Javier, um fenômeno internacional, histórico da tendência de oligarquias partidárias se perpetuarem no controle dos partidos.

As primárias, portanto, superam aquela lógica que o nosso convidado português disse: *“Mas lá nós proibimos, tem que filiar um ano, etc.”* Mas todos esses controles são muito difíceis, porque há a chamada artificialização de filiações partidárias para influir nas decisões partidárias.

Quando se suplanta a ideia de que só os filiados irão definir, por exemplo, um candidato ou a composição de uma lista, e se abre para a sociedade como um todo, isso obviamente diminui muito a possibilidade de controle de oligarquias partidárias.



No meu ponto de vista, eu hoje sou muito mais inclinado a defender um sistema eleitoral inspirado no sistema alemão, que dá mais verdade e compreensão do voto para o cidadão. O cidadão faz um voto partidário, programático. Esse sistema é 100% proporcional. Alguns colegas, às vezes, perguntam-me porque não compreendem. É 100% proporcional? Vai dar 98% proporcional porque é o voto partidário que define o tamanho das bancadas no Parlamento. O outro voto, que é o voto feito na região, só serve para preencher a vaga, é um critério de preenchimento da metade das vagas, a não ser que o partido ganhe cinco vagas na proporcionalidade e seis distritos na disputa distrital. Para isso, também tem conceito, mas eu não vou entrar em detalhes aqui.

Mesmo esse sistema também tem uma metade que é uma lista. Então, o que eu quero lançar para nossa Comissão é que nós temos que ter uma garantia de democratização, porque o ambiente político real incide no debate político. Nós não somos aqui professores de ciência política, nós não estamos teorizando sobre um sistema eleitoral, e é muito importante como intelectuais na universidade, nós estamos decidindo como será a próxima eleição no Brasil em 2018. Essa é a questão. Eu digo que, se não se falar com toda clareza e transparência qual é o critério para preencher esta lista, se eventualmente tiver algum pedaço de lista no sistema, o povo brasileiro não vai aceitar isso. Não adianta fazer mil conversas de bastidores entre Líderes, com o Presidente da República, com o Presidente do TSE, que são importantes. Tudo isso é importante, mas é na sociedade que nós vamos aprovar ou rejeitar o sistema. Por isso, é sempre muito difícil mudar um sistema eleitoral. Todo mundo está de olho na próxima eleição.

Hoje, por exemplo, no Brasil, sejamos claros: há um desejo muito grande de mudanças na sociedade. Então, qualquer tentativa que possa ser identificada como conservadora no sentido de preservar, sem o controle popular, a composição do atual Congresso vai ser rechaçada violentamente.

Nós temos que abrir este debate com a sociedade o quanto antes. Como são as hipóteses? Como se democratizam os partidos? Se houver uma lista, como ela se compõe? Por exemplo, alguns me dizem, às vezes, no corredor, que cada partido vai fazer como quiser. Eu não voto um projeto desses. Cada partido vai fazer como quiser? Não, não é o partido que decide o futuro do País. Eu quero um sistema para



melhorar a democracia do meu País. O nosso colega português concorda com a lógica que, sim, quando existe uma lista, os partidos têm preocupação em formar aquela lista no sentido de que ela vai ser analisada pela população, porém não é verdade que só isso seria critério suficiente para garantir uma lista com qualidade democrática. O fato é que nós precisamos fazer a reforma, precisamos mudar o sistema político e temos que acelerar depois deste seminário muito proveitoso. Minha sugestão ao Presidente da nossa Comissão é que acelere um conjunto de reuniões para podermos falar abertamente sobre o sistema político que eventualmente queremos ver votado para o País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem, Deputado Henrique Fontana.

Vamos ao próximo inscrito, Deputado Hildo Rocha, que não está presente; o Deputado Edio Lopes também não está.

Deputado Pompeo de Mattos, V.Exa. quer fazer mais alguma observação?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Só quero fazer uma observação ao Dr. Javier. Gostaria que ele também fizesse um comentário, se possível, sobre essa ideia que estamos apresentando, esse Projeto de Lei nº 7.869/2010, que trata da questão da lista.

O eleitor abre a lista e escolhe quem ele quer eleger da lista. Depois, se eleger os cinco Deputados, o primeiro Deputado é o da lista, o segundo é o eleito e assim subsequentemente. Ou seja, isso permite que haja uma democratização e uma participação efetiva do eleitor. O partido faz a lista, mas o eleitor ajuda a organizar essa lista. Se se o partido fizer a lista bem organizada, o eleitor vai organizar conforme o partido; se o partido errar, o eleitor tem a chance de corrigir.

A outra questão é quanto às contribuições para os partidos. Aqui no Brasil, nós temos uma prática: filiados que têm cargos, funções políticas — assessores, servidores com funções, cargos políticos — contribuem para os partidos. Como é na Europa? Essas pessoas que exercem cargos de confiança, cargos políticos, elas contribuem para o partido? Como é na Europa? Essas pessoas que exercem cargos de confiança, cargos políticos, contribuem para o partido? Como é essa contribuição?

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Tem a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, inicialmente, queria saudar os palestrantes. Eu não cheguei ao início da reunião, mas peguei algumas observações.

Vou ser muito objetivo com os nossos convidados. Gostaria de saber exatamente o que foi mencionado pelo Deputado Henrique Fontana. Como funciona essa lógica de democracia interna dentro dos partidos, para fazer com que o eleitor possa se sentir representado através dessa lista? Obviamente, na Europa, nos países que usam esse tipo de modelo, já há uma cultura bastante sedimentada.

No Brasil, sempre é desejo do cidadão brasileiro decidir diretamente através do seu voto. Ele se sente empoderado a partir de sua escolha individual em torno dos candidatos. Não sei se uma transição desse nível aqui no País, ou seja, para uma lista fechada, sem que o eleitor efetivamente se sinta participante dessa construção, funcionaria.

Também faço coro aqui com quem levanta a questão sobre o voto distrital misto, sobretudo em relação ao modelo alemão. Mas, obviamente, precisamos debater todas as alternativas possíveis.

Eu queria compreender como funciona esse sistema democracia interna, como funcionam as deliberações; se há algum tipo de controle externo sobre essas deliberações para evitar os cartórios partidários; e se, evidentemente, é garantida a devida representação política dentro desse sistema.

Além disso, eu queria também, depois em conversa direta com o nosso Relator, compreender como é que se toma a decisão de pelo menos caminhar nessa questão da lista fechada sem que nós da Comissão pudéssemos fazer considerações mais apropriadas sobre outras alternativas. Parece que já há uma indicação no relatório nesse sentido, mas aqui na Comissão nós, no meu sentimento, não esgotamos as alternativas possíveis. Essa é uma questão para tratarmos em um momento posterior.

Eu queria compreender como funciona isso sem descartar essa alternativa para o País. Mas, de antemão, eu acho que o brasileiro vai desejar ser participante



ativo dessas decisões, inclusive de uma lista fechada, se for o caminho escolhido por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu sou o primeiro inscrito aqui da lista. Vou pedir aos colegas a permissão para falar agora. Depois, vou passar a palavra para o Relator Deputado Vicente Candido, para ele fazer o fechamento, antes das respostas dos palestrantes.

Vou me dirigir à Dra. Tova e ao Dr. Javier e dizer aos nobres colegas que eu gostaria de falar sobre alguns assuntos que foram discutidos aqui nesses 2 dias.

O Relator Vicente Candido defendeu a incoincidência das eleições majoritárias e proporcionais. Teoricamente, isso é algo que pode funcionar. Eu acho que na prática, Deputado Vicente, não vai funcionar. Eu não sei da sua realidade lá de São Paulo, mas na minha realidade do Piauí e do Nordeste, sem a menor dúvida — eu afirmo isso com absoluta segurança —, o poder dos Governadores na eleição proporcional seria devastador. Quer dizer, elegeríamos o Governador do Estado e, 2 anos depois, ocorreriam as eleições proporcionais. Não tenho a menor dúvida de que o peso do Governo, do fisiologismo, seria terrível, avassalador.

Eu acho que não devemos caminhar por esse rumo, porque pode nos trazer problemas, embora as intenções sejam as melhores. Teoricamente, isso seria o ideal, mas, na prática brasileira, pelo menos na nordestina, eu afirmo com absoluta segurança que não seria bom.

Outro assunto que eu queria falar é sobre a proposta do nosso Deputado Pompeo de Mattos, que é muito próxima da proposta que o Deputado Henrique Fontana fez, quando foi Relator, do sistema belga, que parece também uma coisa muito criativa. Mas eu quero chamar a atenção para a vivência, a prática, a realidade, Deputado Esperidião Amin.

O que esse sistema propõe? O eleitor vai à urna e vota no partido. Então, ele dá o voto partidário. A lista do partido se abre. Ele olha a lista e, se ela estiver ordenada de acordo com a vontade dele, ele não vota, deixa como está. Se a lista não estiver ordenada de acordo com a vontade dele, ele escolhe o candidato e ordena.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - A proposta do Deputado Henrique Fontana era um pouco diferente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu sei.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Quando se vota no 11, por exemplo, no 11611, vai um voto para o partido e outro para o candidato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Sim, eu estou falando agora sobre a proposta do Deputado Pompeo.

Eu acho, Deputado Pompeu, que, com a lógica das eleições brasileiras — eleições sempre individualizadas —, funcionaria exatamente o contrário. O eleitor tem o seu candidato. Eu vou votar no Deputado Esperidião Amin e, como ele é do PP, eu sou obrigado a votar no PP. Abre-se a lista, e ele vota no Esperidião. Nós não corrigiríamos o pior defeito que temos no sistema eleitoral brasileiro. Qual é? É o das campanhas individualizadas, dos votos personalísticos. Qual é hoje o grande problema do Brasil? É o custo das campanhas.

O povo brasileiro é um povo intrinsecamente mais corrupto do que o povo de outros países? Está no seu DNA? Não, sobre a terra só existe um ser humano, não existem dois tipos de seres humanos. Uns têm a cor branca, outros têm a cor preta; uns têm o cabelo encaracolado, outros têm cabelo liso; uns são altos, outros são baixos. Mas o ser humano é um só. Os meios em que a pessoa vive é que o direcionam para um lado ou para outro.

Há corrupção no Japão, em Israel? Há em todo lugar. No Brasil, há demais. Quais são as causas? São milhares as causas, são ene variáveis — históricas, culturais, etc. Não temos a menor dúvida, nós aqui conhecemos isso. Se nós pegarmos a grande corrupção do Brasil, vamos ver que a Odebrecht e outras empresas doaram dinheiro nos anos eleitorais. Podem verificar o dia que saiu o dinheiro que vão ver que foi durante as campanhas eleitorais.

Então, um dos grandes fatores da corrupção no Brasil hoje é inequivocamente o financiamento das campanhas. Por que tanta corrupção? Porque é preciso de tanto financiamento. Por que é preciso de tanto financiamento, mais do que nos outros países? Por causa do nosso sistema eleitoral, das campanhas individualizadas.

Imaginem São Paulo. Nas eleições passadas — eu gosto sempre de dar esse exemplo, porque é escandaloso —, houve 3 mil candidatos para preencher as vagas do Legislativo e da Câmara Federal. Foram 1.600 candidatos a Deputado Estadual e



1.400 candidatos a Deputado Federal. O que isso representa? Isso representa 3 mil campanhas! Gente, São Paulo fez na eleição passada 3 mil campanhas!

Cada candidato tem vários carros de som na rua; tem música; tem proposta; tem cartaz; tem santinho; tem cabos eleitorais — um exército de cabos eleitorais! Não são cabos eleitorais partidários, não, Deputado Esperidião Amin. São cabos eleitorais individualizados, de cada candidato. Quanto isso custa? Custa uma fortuna, além de ser uma ilogicidade.

Olhem a estupidez do nosso sistema eleitoral. Nós submetemos o eleitor ao constrangimento de ter de escolher um candidato no meio de 3 mil. Isso não é uma escolha, Deputada Erundina, é uma adivinhação! Isso não existe. Isso não existe em canto nenhum do mundo!

Se você é um eleitor espanhol — está aqui o nosso representante da Espanha —, vai optar entre seis, oito programas partidários que estão competindo. Pronto! O eleitor está em casa e assiste ao programa do Partido Comunista, do Partido Socialista, do Partido Trabalhista, do Partido Cristão, do Partido Verde. O eleitor assiste ao programa de cada um e diz: *“Eu me identifico mais com o programa do Partido Verde. Portanto, eu vou votar no Partido Verde”*. É muito fácil, o eleitor vota com segurança, sabendo o que espera daquele partido.

Se for o caso de um eleitor americano — está aqui a Dra. Tova ao nosso lado —, não acontece nada disso, ele vai escolher no distrito. Quantos candidatos há num distrito? Há dois, três, quatro, cinco, seis. Dois são competitivos, e três ou quatro estão ali para preencher a vaga. Ele vai ouvir aquele candidato que mora no distrito, que foi para a escola junto com ele, que vai para a missa junto com ele, que vai para o casamento junto com ele, que vai para o jogo de beisebol junto com ele. Então, o candidato vai apresentar a sua proposta, o seu plano, e o eleitor vai fazer a sua escolha. Depois de eleito, quando chega do Parlamento, ele vai para o lugar de origem dele, onde há interação todo dia.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - De 2 em 2 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - De 2 em 2 anos.

O candidato vai apresentar a sua proposta, vai dizer suas coisas, e o outro vai rebater. E o eleitor tem segurança para dizer: *“Eu gosto mais, eu me identifico mais com este candidato, não com aquele”*.



No Brasil, não há nada disso. Os nossos partidos não são programáticos, não têm coesão interna. É um saco de gatos. Quando vamos fazer uma campanha eleitoral, o maior adversário que temos é o companheiro de partido. Gente, como nós fazemos um sistema desse? Esse é o sistema mais burro, mais idiota que há no mundo. Se nós comungamos das mesmas ideias, se trabalhamos por uma mesma causa, porque somos do mesmo partido, temos o mesmo ideal de administração pública. Mas, quando nós vamos para uma eleição, o maior inimigo que temos é o nosso colega. Ficamos contando os votos dele. Se o colega perde no Colégio Eleitoral um apoio importante, os outros ficam satisfeitos, prejudicando o partido e o membro do partido. Isso é um absurdo! Isso é uma aberração!

Mas nada disso vale a pena. O mais importante é que nós estamos agora, Deputado Vicente Candido, numa grande encruzilhada. Nós estamos com essa legislação anacrônica, completamente exaurida — todos concordam com isso —, e temos eleição no próximo ano.

O Supremo Tribunal Federal disse que não pode haver financiamento de campanha por empresas. Isso é uma coisa maravilhosa e com a qual todos nós estamos de acordo. Que isso nunca mais seja tema de debate aqui, como não está sendo! Que nunca mais exista financiamento de empresa no Brasil!

Mas o que acontece? As empresas financiavam 80% das campanhas — essa é a verdade. E como nós vamos fazer a eleição do próximo ano? Porque, se as campanhas forem individualizadas como estão, não vai haver campanha, porque não vai haver dinheiro. *“Ah, mas a pessoa física pode doar.”* Deputado Esperidião Amin, essa não é a tradição do povo brasileiro. Aliás, eu peço vênica, peço desculpas, mas sou capaz de afirmar o contrário. Eu acho que o povo espera receber dinheiro do candidato do que dar dinheiro a ele. *(Risos.)*

Imaginem fazer uma campanha eleitoral no Brasil, uma campanha caríssima, esperando que a população brasileira, que ganha pouco, que vive com dificuldade, dê dinheiro ao candidato para fazer campanha, com o conceito que a sociedade tem dos políticos brasileiros. A sociedade acha que eles são corruptos, que são malandros, que são uns folgados, que não trabalham. A população que tem esse conceito vai meter a mão no bolso e dar dinheiro ao camarada para fazer a sua campanha? Isso não existe!



Então, nós temos que agir com a maior prudência, com a maior responsabilidade, mas temos que ser céleres, porque o nosso prazo está se esgotando.

Deputado Esperidião Amin, nós temos que admitir uma transição, fazer um acordo de compromisso em favor do País, visando uma coisa melhor no futuro, mas temos que fazer uma passagem gradativa, sem maiores traumas. Por quê? Porque senão não aprovaremos reforma nenhuma. Quem é que diz isso? A nossa experiência.

Eu sempre gosto de citar o Marco Maciel, Deputado Tadeu Alencar, seu conterrâneo ilustre, quando ele era Deputado Federal. Depois, ele se tornou Presidente da Câmara; depois, Senador da República; depois, Presidente do Senado; depois, Vice-Presidente da República; e depois foi reeleito Vice-Presidente da República. Há mais de 30 anos, ele já defendia a reforma política, que seria a mãe de todas as reformas.

O que nós fizemos até agora? Modificações cosméticas, perfunctórias, superficiais. Até agora, só fizemos isso. Não fomos à essência, ao âmago do problema brasileiro, que são as campanhas individualizadas. Enquanto existirem campanhas individualizadas no Brasil, não há salvação, não há solução. Isso é absolutamente insensato, ilógico. Isso não existe em canto nenhum do mundo. Não é assim que se vota. Nós estamos votando da maneira errada.

O que nós poderíamos fazer, se fôssemos muito prudentes e se pensássemos no País? Votar agora, Deputado Tadeu, um sistema que fosse o melhor para o Brasil. Qual é o sistema melhor para o Brasil? É o sistema que é melhor para o mundo. O Brasil não é diferente do mundo, não; é igual.

Se pegarmos dez cientistas políticos, dez estudiosos de sistemas eleitorais, se não for 100%, 90% deles vão dizer que o sistema que funciona melhor no mundo é o sistema misto, que conjuga os dois sistemas existentes no mundo: o majoritário distrital, o primeiro que foi criado, que ainda é utilizado pelos Estados Unidos, Inglaterra, França e suas colônias; e o outro que veio como evolução, em oposição a este, que é o sistema proporcional de lista. Sistema proporcional sem lista fechada é só no Brasil.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois é, mas normalmente a lista é fechada. Por quê? Porque um sistema proporcional é um sistema de ideias, de programas, de doutrina, de ideologia, de filosofia. Você não vota no candidato; vota na ideia, no programa. Essa é a essência do sistema proporcional, cuja campanha é feita no Estado inteiro. Por quê? Porque quem é comunista pode morar no Norte, pode morar no Sul, pode morar no Leste, pode morar no Oeste, pode morar no Centro-Oeste. Ele é comunista em qualquer lugar. Então, ele vai votar no Partido Comunista, que é diferente do sistema majoritário, em que se vota no local.

Então, qual é a minha proposta, Deputado Henrique Fontana? Fico muito feliz em ver que V.Exa. agora se aproxima do sistema alemão. *(Risos.)* É que nós aprovemos, para vigorar em 2026, o sistema de inspiração alemã — 2026 vai chegar um dia; é melhor fazer isso. Metade dos Deputados seriam eleitos pelo sistema majoritário distrital, que é o sistema que dá maior vínculo, maior aproximação do Parlamentar com o seu eleitor — o eleitor acompanha a atividade do Parlamentar. É o *accountability*, que os americanos valorizam tanto. A outra metade seria eleita na lista fechada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Se não for fechada, continuam as campanhas individualizadas. Não pode haver campanha individualizada, porque há um custo caríssimo, há corrupção. Toda essa degeneração vem da campanha individualizada.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu poderia acrescentar uma coisa, Sr. Presidente, no que disse, que é muito interessante? Aliás, é algo próprio de quem é estudioso do tema.

Gostaria de reforçar que, na proposta que apresento no meu Projeto de Lei, na verdade, não há conta individual para a campanha, não há santinho individual. A campanha é do partido. O eleitor vota, conscientemente, no partido. Quando eu escolho o número 12, que é do PDT, ou o número 11, que é do PP, ou o número 15, que é do PMDB, significa que conheço o meu partido. Então, eu vou votar consciente. Não vai haver campanha individual, não vai haver gasto individual. Essa é a diferença.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Já falei demais, vou concluir, Deputado Vicente Candido. Eu quero apoiar a proposta de V.Exa.

Em 2018, Deputado Tadeu, nós faríamos uma lista fechada, porque é o sistema que melhor se adapta ao financiamento público de campanha. Só que, em 2018, nós não proibiríamos as coligações partidárias, porque estamos muito em cima. Se nós fizemos isso, não vamos ter voto no Plenário, porque quem vai votar é o Deputado, que vai dizer: “*Não, nesse sistema eu não me elejo, eu corro risco*”. Ele não vai votar assim. Mas, se for permitido que as coligações se mantenham em 2018, acho que tranquiliza todo mundo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Os partidos se entendem e se organizam.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu acho que nós temos que ser bastante tolerantes em 2018, entendendo que isso é uma passagem.

Por exemplo, em Alagoas, há nove Deputados Federais, cada um de um partido; ou seja, nenhum partido tem voto para fazer o cociente eleitoral. Se só um partido fizesse o cociente eleitoral, ele traria os nove Deputados para cá, e todos os oito seriam derrotados.

Quem é que vai votar numa situação dessas? Ninguém vota, essa é a verdade. Entre um sistema bom para o Brasil e o mandato do Deputado, imaginem o que ele vai preferir. Eu acho que ele vai preferir o mandato dele.

Então, nós temos de facilitar para que essa eleição seja uma eleição de compromisso e que possamos aceitá-la. Os partidos organizariam uma lista. Dois ou três partidos se coligariam e fariam uma lista de comum acordo, e o eleitor votaria naquela lista. Terminou, cada partido volta para o seu galho. Não precisava estar coligado aqui no Parlamento.

Em 2022, nós faríamos a lista com proibição de coligações, e cada partido ficava com a lista fechada. Em 2026, nós, então, já evoluiríamos para um sistema que é o ideal, que é o melhor. Ora, se estamos fazendo uma reforma política e há um sistema que todo mundo acha que é o melhor, por que não vamos fazer o



melhor? Porque, se fizermos o melhor para 2018, não passa, pois a vida das pessoas está em jogo; mas, se nós fizermos para 2016, poderá passar.

Para isso, Deputado Vicente, nós temos de ir atrás do Presidente da República, temos de ir atrás do Lula, temos de ir atrás do Aécio Neves, temos de ir atrás das grandes lideranças nacionais, para fazer um entendimento, a fim de que possamos avançar e dotar o País de um sistema em que visualizemos um futuro melhor.

Não nos esqueçamos de que um dos grandes fatores de estabilidade, de ascensão social, de prosperidade, de harmonia de uma sociedade é seu sistema eleitoral. Um país que tem um bom sistema eleitoral tem mais chance de progredir do que um que não tem.

Deputada Erundina, há quantos séculos nós vivemos de corrupção — ela não acaba nunca? A corrupção de antes era de milhares; passou para milhões. Hoje, nós estamos contando em bilhões. Só a Odebrecht, uma empresa, declarou em delação que deu propina de 2006 para cá de 10,5 bilhões de reais. Isso é um absurdo! Isso é um escândalo!

Isso ocorre só com o sistema eleitoral? Não, mas, sem nenhuma dúvida, é o fundamento principal. Eu digo isso com propriedade, porque nós vemos que as doações, as propinas saem mais no período eleitoral.

O que disse não é um desabafo, mas um chamamento, a fim de que possamos encontrar um caminho para salvar o Brasil. Nós não podemos continuar desse jeito. Se nós continuarmos assim, não há esperança, não há solução. Nós vamos piorar cada dia mais. Não é isso que nós queremos para o nosso País.

Vou passar a palavra ao Relator Vicente Candido e, depois, aos palestrantes.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, muito rapidamente, antes de dirigir uma última pergunta aos nossos palestrantes, não vou tecer nenhum comentário sobre as proposições, mas manifesto apenas a minha disposição de dialogar, de conversar. Eu acho que um quesito importante para o Relator é a paciência democrática.

Então, Deputado Pompeo, eu quero ler e dialogar mais sobre o projeto de V.Exa. A Bélgica esteve aqui nesses dias mais ou menos com a ideia de V.Exa. Talvez a ideia de V.Exa. seja mais evoluída. O Deputado Henrique Fontana também



já tinha trazido essa proposição. Ontem, tivemos um debate na televisão com o Deputado Chico Alencar. O PSOL também está elaborando algo nessa linha.

Se nós conseguirmos convencer o Congresso de que esse é o caminho, será bom. Pode haver defeito, mas ele não é pior do que o que nós temos hoje.

Deputado Betinho Gomes, digo a V.Exa. a mesma coisa. Estou pedindo reunião com a bancada, com os membros da Comissão. Já estive com o PSB. Nesse período, reuni-me muito com os Líderes, com o Presidente e com as bancadas. Há um monte de outras reuniões marcadas com as bancadas. Eu acho que vai ser onde nós vamos poder estreitar e detalhar todas as ideias.

Deputado Marcelo Castro, eu pedi novamente uma ida à bancada de V.Exa., para que possamos evoluir no afunilamento dessas teses todas. Não vai faltar paciência democrática ou análise das propostas. Não vamos errar por aí, tenham certeza disso.

Eu tenho plena consciência das dificuldades. Ontem, no final de um debate com mais três Parlamentares, cada um com uma ideia diferente, a âncora do programa falou: *“E aí, Relator, como fica?”* Eu disse: *“Aí está a dificuldade. Ajude-me agora a ordenar as ideias, porque só aqui há 3 reformas políticas diferentes numa pequena bancada, sem contar as outras 500 que estão lá fora”*.

Então, eu sei dessa dificuldade, sei que caminho nós temos que perseguir, que é estreitar as conversas todas. Assim, vamos produzir aquilo que for melhor, que for mais seguro para a democracia brasileira.

Mais uma vez, quero agradecer ao Ciro, nosso tradutor do TSE, assim como ao TSE, por ter nos ajudado a organizar essa jornada internacional, a primeira delas. Isso mostra que não usamos as ideias disponíveis que estão no mundo. Estamos procurando usá-las agora.

Deixo aqui a última pergunta aos nossos dois representantes.

Javier, se puder, gostaria de ouvi-lo falar um pouco da série histórica, dos gastos da campanha nacional na Espanha. Peço isso até para nosso balizamento, a fim de discutirmos o montante de recursos para nosso financiamento público. Ajudaria saber quanto custa uma campanha nacional na Espanha.

Peço a mesma coisa à Tova, que possa nos dizer, com mais detalhes, quanto custa a campanha americana. Há só financiamento privado ou público também?



Como é o programa de televisão? Ele é pago ou não pelo Estado? Acho que essas respostas nos ajudam a formar opinião sobre esse processo de decisão.

Mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade que os senhores nos deram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Dr. Javier.

O SR. JAVIER ZARZALEJOS - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Nós agradecemos ao Dr. Javier pela brilhante explanação que fez e pela contribuição que deu para nós, que estamos agora discutindo a reformulação do nosso sistema eleitoral.

Passo a palavra à Dra. Tova Wang, dos Estados Unidos.

A SRA. TOVA WANG - *(Manifestação em inglês. Tradução simultânea.)* - Eu não vou conseguir responder a todas as perguntas que foram levantadas, mas vou fazer alguns comentários sobre os pontos mais importantes aqui levantados.

Sobre a questão do dinheiro na política, todo mundo sabe que os gastos são muito elevados nos Estados Unidos. Há muitas formas de se levantar e de se gastar dinheiro nos Estados Unidos seja por candidatos, seja por partidos nacionais e partidos regionais, nos chamados PACs ou super-PACs, seja por outras organizações que são dessa natureza, mas que fingem, por meio de artifícios legais, não ser dessa natureza também, seja por autofinanciamento sem limite.

E, agora, com a decisão recente da Suprema Corte no caso Citizens United, as empresas podem gastar sem limites a partir do seu próprio orçamento. Eles não podem gastar com candidatos, mas podem ter gastos independentes.

Existe, por um lado, uma abertura bastante importante dessas contas, mas, ao mesmo tempo, a agência que é encarregada disso, a FEC, está bloqueada. Existem três democratas e três republicanos, e sempre dá empate.

Nos Estados Unidos eles ainda estão procurando respostas para essa questão do dinheiro na política, mas o fato de não haver restrição ao uso de dinheiro na política claramente não está funcionando.

A pior parte disso é que grande parte das pessoas nos Estados Unidos acredita que as pessoas ricas, os poderosos, os grandes negócios têm um controle muito grande do processo de decisão sobre quem vai ser eleito e sobre o exercício do mandato dessas pessoas.



As pessoas não são idiotas e acabam reagindo com crescente descrédito, com uma desconfiança grande com relação à política e aos políticos. Isso tem se revelado claramente no baixo comparecimento às eleições.

Com relação às soluções, ainda não se fala nos Estados Unidos de um sistema de financiamento público puro. Tecnicamente, numa campanha presidencial, existe a possibilidade de os candidatos escolherem o financiamento público. Entretanto, eles sempre acabam preferindo levantar o dinheiro de forma privada, porque isso permite que se levanten muito mais milhões do que com o sistema público.

A ideia que tem ganhado mais apoio, tanto no nível local quanto nacional, é a dos fundos paritários. Para cada dólar recebido como doação, cada candidato receberia a mesma quantidade de um fundo público. A esperança é que isso aumente a influência dos pequenos doadores individuais. Isso tem funcionado muito bem na cidade de Nova Iorque, onde, para cada dólar doado por um pequeno contribuinte, o Governo aporta 6 dólares.

Os candidatos têm aceitado participar desse sistema de paridade e isso tem levado a uma apresentação de um grupo mais diverso de candidatos e também a uma assembleia equivalente à Câmara Municipal, mais diversa em sua composição.

Sobre a questão do colégio eleitoral, o Sr. Deputado que falou sobre Benjamin Franklin e Thomas Jefferson não está mais aqui.

Basicamente uma das grandes razões pelas quais o Colégio Eleitoral foi criado foi para apaziguar os Estados do Sul, porque, naquela época, os escravos, que eram os afro-americanos, eram considerados só como três quintos de pessoa. Então essa foi, pelo menos, uma das principais razões para a criação do Colégio Eleitoral.

Existe um movimento que está propondo acabar com o Colégio Eleitoral de uma forma muito interessante. Ninguém acredita que a Constituição vá ser emendada, então, por isso, há um movimento popular. A campanha é para que os partidos escolham todos os seus candidatos com base no voto popular dos seus Estados.

A ideia é entrar num conjunto interestadual para poder fazer esse voto do Colégio. Se os Estados entrarem em número suficiente nesse sistema e



conseguirem 270 votos do Colégio Eleitoral, o sistema de Colégio Eleitoral vai se tornar sem sentido. Então, há uma campanha acontecendo agora em nível estadual, em diversos Estados.

Sobre a questão dos partidos, evidentemente, é mais simples se houver só dois ou três partidos e dois ou três candidatos. Tendo em vista as últimas eleições, há cada vez mais pessoas nos Estados Unidos que acreditam que o sistema bipartidário já não está respondendo às suas demandas e às suas inquietações.

Por exemplo, Bernie Sanders, mesmo sendo socialista, concorreu pelo Partido Democrata. Então existe uma frustração em todo o aspecto político e o interesse em ter partidos que reflitam melhor os interesses dos seus grupos.

Há uma última coisa que eu gostaria de falar e que vai reiterar o que eu já falei no início. O importante no caminho da reforma é que o público seja educado, que os esclarecimentos sobre as propostas e as ideias sejam feitos, e, ao mesmo tempo, que se dê voz à opinião pública, que se escute o que ela tem a dizer, de modo que a população possa entender o processo e que possa comprar, de fato, a reforma que venha a ser feita.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Nós agradecemos aos palestrantes de hoje, o Dr. Javier Zarzalejos e a Dra. Tova Wang, que trouxeram suas contribuições para que nós pudéssemos ter mais elementos para fazer uma reforma substancial do nosso sistema eleitoral em favor do nosso País.

Vou passar a palavra ainda ao Dr. Javier, que gostaria de completar algo.

O SR. JAVIER ZARZALEJOS - *(Manifestação em espanhol.) (Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Nós agradecemos a V.Sa. as palavras generosas e a contribuição de sua experiência espanhola, de seu conhecimento. Com certeza, isso será muito útil para o nosso trabalho.

Da mesma forma, dirijo-me com as mesmas palavras à Dra. Tova Wang, que também trouxe substanciais informações para todos nós.

Obrigado a todos.

Está encerrada a nossa reunião.